



OUSAR VENCER

Perguntar-se-á, que razão temos nós para tanta agitação?... Que estranha incomodidade é esta que faz os Sargentos parecerem uma constante ebulição de angústias e desesperos, frustrações e raivas contidas, com uma linha comum de indignação já indisfarçadamente latente, no limiar mesmo de um verdadeiro ataque de nervos?...

Que razões são estas, afinal, que os chefes não conseguem, nem encarnar nem assumir e muito menos defender, porque há anos que estabelecem um diálogo surdo-mudo com os seus homens, e o Governo teima em relegar para as calendas do absurdo, evitando a todo o custo um relacionamento adulto e responsável com os militares e seus legítimos representantes, na vã esperança de que o cansaço acabe por vencer esta teimosia, que faz desfraldar a todo o momento a bandeira da justiça e da verdade afoitamente assumida e despudoradamente gritada a voz uníssona.

Pensará, provavelmente, o senhor Primeiro-Ministro que os militares podem ser tratados como parentes pobres das suas paixões e que pelo facto de o serem - militares, entenda-se - tudo se conjuga para que o sentido do rigor e da disciplina absorvam os seus arremessos de dignidade e impeçam a assunção do seu desencanto e o eclodir da sua real incomodidade.

Nada mais errado, Senhor Primeiro-Ministro! Primeiro porque o sentido do rigor e da disciplina continuarão sempre bem à frente da nossa conduta e dos nossos ideais, por muito que os nossos interlocutores resvalam para formas menos dignas de actuação; e segundo porque a defesa da nossa dignidade e a verdadeira assunção do nosso desencanto e o fervilhar da nossa incomodidade encontrarão sempre formas de expressão que apenas põem em causa a seriedade dos homens e o cumprimento das leis e da sua palavra, sem que a coesão e a disciplina possam ser feridas pelo inalienável direito à indignação e à sua correspondente demonstração, por via de cenários, que muito embora indesejáveis, à luz dum clima de entendimento que muito desejaríamos manter e prosseguir, jamais se constituirão em actos ilegítimos, porque assentam na defesa intransigente da nossa própria dignidade, ela também pilar insubstituível da nossa condição de militares!

E a nossa condição de militares, Senhor Primeiro-Ministro, é inequivocamente legítima!

De tudo o que hoje aqui se passou! De tudo o que hoje aqui foi dito! De tudo o que hoje aqui ainda foi contido, ressalta uma responsabilidade enorme para o Governo! Uma responsabilidade que o Senhor Ministro da Defesa tem o dever de cobrar ao senhor Primeiro-Ministro! A responsabilidade da coerência e do sentido do dever! A responsabilidade de saber honrar os compromissos, reconhecer os erros e mostrar a coragem e a vontade de fazer com que o Estado pareça e seja uma pessoa de bem!



Os Sargentos das FFAA não querem um tratamento especial. E porque não o querem, não aceitam qualquer tipo de discriminação, seja em que sentido for! Querem tão só ser parte integrante da resolução dos seus problemas sócio-profissionais! Não querem imiscuir-se nas matérias estratégicas, de planeamento, operacionais e de comando! Aí, querem apenas cumprir a sua missão! Desempenhar as suas funções, mas desempenhá-las com dignidade e consciência! Querem, é certo, contribuir para o bom desempenho dos altos desígnios que a nação comete às suas Forças Armadas, mas querem também ser cidadãos de pleno direito, nos quais os seus filhos, a sua família, o povo, enfim, se possa rever e orgulhar do esforço que abnegadamente juraram dedicar à causa da pátria na sua condição de militares e cidadãos!

O desrespeito à sua condição de cidadania, a atribuição de um conceito de menoridade ao seu enquadramento na sociedade em geral, transfere dos militares para o cidadão comum a generalizada ideia de que são os militares um peso morto na sociedade portuguesa e por via desse absurdo, passa também o cidadão a ter o ónus de ser ele próprio a subvencionar a inutilidade das suas Forças Armadas!

Para combater este anátema é necessário que o País mereça ter os militares que todos nós ambicionamos ser, e para isso temos de ser dignos, respeitados e parte integrante da sociedade e das suas instituições, das quais a liberdade é a maior, porque nela assenta a dignificação da condição humana!

Os Sargentos de Portugal consideram urgente atribuir a todo o cidadão, seja ele militar ou civil, a responsabilidade da Defesa Nacional! Compete a todos e a cada um a honrosa tarefa da capacidade defensiva de todo um povo! E cada um deve assumir a sua quota parte sem pejo e sem preconceitos!

Os Sargentos de Portugal, não querem de modo algum criar dificuldades a quem quer que seja! Não querem lançar espectros de conturbação ou qualquer outra forma de agitação social! Querem tão só o espaço que lhes é devido e o respeito que a Nação lhes exige! Querem, no fundo, ver os seus problemas resolvidos, pretensão tão simples e tão óbvia que nenhum de nós pode compreender a estranheza que tal suscita!

Os Sargentos de Portugal, por mais caminhos que se lhes fechem, outros tantos hão-de abrir, porque "*quão difícil nos temos movido*", e não é agora, nem nunca que ousaremos temer o passo que for preciso dar para vencer e prosseguir!...

Lisboa, 06 de Junho de 2001

A Direcção